

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Danillo Rotta Prisco Antunes

**Ocupações urbanas e o movimento social por direito
à cidade no bairro do Grajaú/SP**

TRABALHO DE GRADUAÇÃO INDIVIDUAL

SÃO PAULO
2016

DANILLO ROTTA PRISCO ANTUNES

Ocupações urbanas e o movimento social por direito à cidade no bairro
do Grajaú/SP

TRABALHO DE GRADUAÇÃO INDIVIDUAL (TGI) APRESENTADO AO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA SOB A ORIENTAÇÃO DO
PROFESSOR DOUTOR RICARDO MENDES ANTAS JR

São Paulo
2016

Dedicatória

A minha mãezinha, pela força e apoio de sempre.

Agradecimentos

Aos com quem pude aprender nessa quase década de graduação. Esses tantos que escolheram fazer da prática política e da luta social seu critério da verdade.

As amigas e aos amigos com quem dividi o cotidiano, muitas trincheiras de luta e mesas de bar desde que cheguei a metrópole.

A todas e todos que incentivaram em momentos onde parecia que este trabalho não sairia.

Aos alunos que reafirmam a certeza da escolha da carreira e que muito me ensinaram ao longo desses sete anos de docência.

Ao orientador Ricardo, pela compreensão e apoio a um aluno pouco disciplinado e simpático a academia.

Aos companheiros e companheiras do movimento Nós da Sul.

Ao meu irmão, que larguei cedo para poder realizar esta graduação, e que muito me orgulha seguindo seu caminho dentro da educação.

Ao Buchecha, a rapaziada da Alba e ao Andrei por tantas vezes me apoiar quando o cansaço batia.

Resumo

O presente trabalho busca analisar um dos exemplos dos novos movimentos de ocupação urbana de São Paulo que reivindica enquanto bandeira de luta o direito à cidade. Para tal, seu histórico, consolidação, organização de ocupações e perfil socioeconômico de seus atores são levantados.

Palavras chave: Ocupação urbana, flexibilização do trabalho, circuito inferior, movimento social, direito à cidade

A reprodução total ou parcial desta monografia é autorizada mediante a citação de fonte

Lista de ilustrações

Índice de figuras

Figura 1	22
Figura 2	24
Figura 3	25
Figura 4	26
Figura 5	27
Figura 6	28
Figura 7	29
Figura 8	30
Figura 9	31
Figura 10	33
Figura 11	35
Figura 12	35

Índice dos Mapas

Mapa 1	14
Mapa 2	15
Mapa 3	15
Mapa 4	18
Mapa 5	20

Índice dos gráficos

Gráfico 1	49
Gráfico 2	50
Gráfico 3	51

Índice das tabelas

Tabela 1	16
Tabela 2	19

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1: Acumulação flexível e espoliação no distrito do Grajaú	12
1.1 O distrito do Grajaú: fixos geográficos	14
1.2 A moradia e o uso do solo no distrito do Grajaú	18
Capítulo 2: O movimento Nós da Sul – Surgimento e consolidação	21
2.2: Cronologia de atividades realizadas pelo movimento Nós da Sul: 2014 – 2015	24
2.3 Direito à cidade: perspectiva do movimento acerca do conceito utilizado enquanto mote de luta.	37
Capítulo 3: A ocupação Plínio Resiste	41
3.1 Estabelecimento da ocupação	43
3.2 Organização interna da ocupação Plínio Resiste	45
3.3 Perfil dos ocupantes frente a trabalho, renda e organicidade no movimento social	48
3.3.1 – Do perfil, renda e organicidade em relação ao movimento dos entrevistados	49
3.3.2 A inserção dos entrevistados no trabalho e circulação de capital da metrópole	51
4 - Considerações Finais	53
Bibliografia	54

1 Introdução

O presente trabalho busca uma reflexão sobre um fenômeno recorrente na produção do espaço nas metrópoles brasileiras: as ocupações de terra urbana. É notável a importância desta forma de urbanização na metrópole paulista, sua periferia, em grande medida, foi consolidada a partir desta forma de produção do espaço urbano.

Sob a égide do capitalismo em sua fase financeira e globalizada a cidade polo da maior região metropolitana da América Latina apresenta em si diversas contradições que a produzem e que nela se realizam. No âmbito deste trabalho, observa-se cada vez mais claramente uma cidade totalmente integrada aos setores de maior volume de capital investido. Este, formado por multinacionais dos setores da informação e finanças, por exemplo, instalam-se em regiões privilegiadas da cidade integrando-a, de forma cada vez mais orgânica, ao sistema de circulação de capitais de escala global. De outro lado, grande parte da população é absorvida por um mercado de trabalho instável. Este, precarizado em relação aos rendimentos que geram ao trabalhador empregado, flexível em relação a jornada e aos direitos que a parcela da população trabalhadora nele empregada tem acesso, muitas vezes, acaba por ser insuficiente até mesmo para a reprodução da força de trabalho que utiliza em marcos mínimos.

A acumulação flexível (HARVEY, 1992), que caracteriza o período surgido enquanto superação do modelo fordista, tem enquanto base a financeirização, essa possui ligação intrínseca com o espaço urbano sua produção e reprodução. A especulação imobiliária é sua face mais aparente. Comercialização de grandes áreas da cidade, junto a construção e financiamento de empreendimentos milionários tornaram-se prática cotidiana e um mecanismo intenso de construção e transformação do espaço urbano. As regiões centrais da cidade viram-se muitas vezes reconstruídas em processos de valorização de suas áreas a partir de investimentos públicos em infraestrutura. Em meio a esse processo, grande parte da população é “expulsa” das áreas centrais por impossibilidade de arcar com os aluguéis em forte processo de ascensão. A ampliação da periferia da cidade de São Paulo se expande, absorvendo, em um primeiro momento, um excedente de mão de obra gerado a partir da modernização produtiva no campo, e, a partir das transformações espaciais

produzidas na cidade, um grande contingente populacional advindo de regiões sobrevalorizadas. A cidade desempenha, portanto, um papel ativo na absorção de grandes contingentes de capital produzidos pela economia financeira global.

Nas palavras de Santos:

... o próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez; estimula a especulação e fomenta a produção de vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os mais pobres (...) SANTOS, 2009, p.123

O processo de produção da cidade realizado pelo capital financeiro junto ao poder público transforma a qualidade de vida da população e o acesso a direitos básicos, como saúde e educação, em mercadorias. A produção de mais valia, a partir das transformações urbanas, e as privações que esta engendra os trabalhadores de classe média e os mais pobres das cidades, precarizados em sua maioria, são o cerne da noção de acumulação por espoliação do capitalismo global.

Para o estudo deste período e processos analisaremos, através do histórico de um movimento social de luta por moradia e da construção de um perfil dos atores sociais que o compõe, um movimento que reivindica o direito à cidade na periferia da metrópole paulista, centralmente no distrito do Grajaú, no extremo sul de São Paulo, e o faz também através da ocupação de terra para estabelecimento de moradia. O trabalho será dividido duas partes. A primeira parte busca compreender o processo de formação e funcionamento do movimento em si. Já a segunda e última parte da monografia busco aprofundar o entendimento sobre a ocupação urbana e seus agentes, sob a perspectiva da organização da ocupação bem como sobre o perfil dos ocupantes no que tange trabalho, renda e organicidade junto ao movimento.

A realização da pesquisa de campo do trabalho teve, centralmente, dois objetivos. O primeiro, desenvolvido a partir de entrevistas, foi o de destrinchar o histórico e formação da ocupação, seu funcionamento e relação com outras forças sociais envolvidas com a construção da ocupação urbana. O segundo objetivo, alcançado através da aplicação de questionários na ocupação, perpassa a análise do perfil socioeconômico, de gênero, raça, bem como o histórico de participação dentro do movimento “Nós da Sul”.

As entrevistas foram realizadas com parte dos membros da direção do Movimento “Nós da Sul”, que coordenam a ocupação Plínio Resiste. Os roteiros das entrevistas, em anexo, tiveram o método de entrevista semiestruturada. Tal método foi escolhido por satisfazer a necessidade de compreensão ampla da formação e organização do movimento e ocupação. A seleção dos entrevistados também seguiu esse objetivo central.

Foram realizadas três entrevistas no dia 12 de dezembro de 2015, realizadas durante e após a última assembleia da ocupação Plínio Resiste do Ano. A primeira com Bruno Magalhães, fundador e coordenador do Movimento Nós da Sul. Essa entrevista teve como centro o relato do coordenador sobre a fundação do movimento e as forças sociais envolvidas no processo de consolidação do mesmo, para além desse ponto, foi explorada a diferenciação entre a ocupação e o movimento, bem como abordamos as dificuldades e desafios na construção de uma ocupação e na reorganização quando esta é removida a partir de uma reintegração de posse. Bruno é coordenador geral do movimento, seu roteiro de perguntas foi pensado a fim de que apresentasse um panorama geral da formação e organização do movimento.

A segunda entrevista foi realizada com o coordenador André, também fundador do movimento nós da sul e morador de ocupações urbanas no bairro do Grajaú há mais de quarenta anos. André foi selecionado por estar permanentemente em contato com o cotidiano dentro da ocupação. Para essa entrevista buscamos abordar a dinâmica do trabalho do movimento frente a população que ocupa o terreno e também a relação entre o movimento e outros agentes do bairro com quem este interage em seu cotidiano, polícia, vizinhos, tráfico por exemplo. Os meandros da articulação e mediação política local foram o foco da entrevista.

Na terceira e última entrevista pudemos conversar com Gilvandro, coordenador do movimento e responsável pela articulação externa do Nós da Sul e pela busca de pontes, apoios e movimentos necessitados de suporte na região. Nesse caso, a entrevista objetivou abordar quais as formas e prioridades do movimento e da ocupação ao buscar alianças de apoio mútuo com movimentos e lutas que se desenvolvem no extremo sul de São Paulo.

Como apresentado, o objetivo central das entrevistas realizadas foi garantir a apreensão de um panorama geral da formação da ocupação Plínio Resiste e do movimento Nós da Sul, bem como, ao direcionar temáticas específicas a cada coordenador, captar, em cada tarefa específica, as características que envolvem

desde a organização da ocupação e do movimento, perpassa a relação que esta estabelece com o entorno e chega as relações que constrói com outras forças sociais presentes na periferia da cidade de São Paulo.

Outra parte importante de produção material para base empírica da pesquisa realizada foi a aplicação do questionário. Para a construção destes três elementos centrais foram o fio condutor para a formulação do instrumento de pesquisa. A perfil social, econômico e de raça da população que participa ativamente do movimento, o grau de organicidade e tempo de militância dentro da ocupação e do movimento e o local que estes ocupam dentro da produção econômica na cidade.

Para construção deste panorama foram formuladas vinte e duas questões, divididas em três partes. A primeira tratava de dados do ocupante (nome, idade, raça, gênero, escolaridade e situação da moradia), a segunda informações acerca do tempo de participação no movimento e/ou na ocupação, e a terceira parte, mais extensa, tratou sobre a renda, trabalho e acesso a programas sociais de complemento de renda e linhas de crédito bancária.

A aplicação dos formulários se deu durante três finais de semana, logo após o termino das assembleias semanais da ocupação Plínio Resiste. Nas datas 28/11, 5/12 e 12/12 de 2015 fiz a coleta de 30 formulários. Todas as entrevistas foram realizadas por mim. Não houve dificuldades na aplicação do questionário. A seleção de perguntas fechadas fez com que o trabalho corresse bem. A possível desconfiança em dar informações sobre a participação no movimento ou sobre a renda foi dirimida a partir do anúncio da coordenação da ocupação sobre a realização do trabalho, apresentando-me como um apoiador de longa data.

Os questionamentos centrais que a pesquisa através de um questionário fechado buscava responder foram contemplados. Traçar um perfil da população que atua dentro de um movimento que, também através de ocupações, reivindica lutar por direito a cidade, buscar dados sobre sua participação efetiva no movimento e, o que se torna central para a análise central proposta no presente trabalho, o debate sobre direito à cidade proposto por um movimento urbano e o lugar das ocupações e movimentos urbanos frente aos circuitos da economia urbana proposta por Santos (2009).

Capítulo 1: Acumulação flexível e espoliação no distrito do Grajaú

Neste primeiro capítulo buscaremos apresentar um panorama do distrito onde os Movimento Nós da Sul e das ocupações Plínio de Arruda Sampaio e Plínio Resiste. O sentido de apresentação deste conteúdo é entender o movimento a partir de onde se localiza. A relação entre a forma e o conteúdo do que o urbano produz perpassa o entendimento de como se consolida um movimento urbano, expressão do processo de reprodução do espaço urbano. Este espaço não se configura enquanto um pano de fundo.

Aqui parte-se do pressuposto que a produção do espaço responde a formação social histórica que se apropria deste. Esta, indissociável do espaço que produz e é produto, torna-se formação socioespacial historicamente determinada. (Santos, 2004)

A apropriação e as transformações do espaço urbano se dão entre as forças sociais passíveis de apropriação de suas formas e a transformações da mesma. O conteúdo produzido no processo responde a capacidade dos atores de intervenção.

O capital, em sua fase de expansão financeira, transforma o espaço, no processo de destruição criativa apoia-se sobre o estado para garantir a realização do capital através da transformação do espaço urbano.

Por outro lado, a apropriação das formas espaciais e da técnica disposta nele dá aos movimentos sociais força para a intervenção do espaço urbano.

Aqui, a disputa do processo histórico de transformação do espaço urbano incorre no potencial das forças sociais de intervenção direta no espaço e na disputa do aparelho de estado, ator este de grande importância nas transformações da cidade.

Junto a esse processo, a maior integração da metrópole ao capital internacional intensivo, produz no âmbito do trabalho uma contradição no espaço urbano. Uma pequena parcela da força de trabalho é absorvida nesse processo, enquanto uma grande maioria é absorvida por um setor voltado aos serviços e consumo da população de baixa renda. Esse setor, flexível e com poucos direitos trabalhistas compõe a fonte de renda de grande parte da periferia da metrópole.

Os tempos de deslocamento, a negação de direitos básicos, flexibilização do trabalho e a impossibilidade de acesso ao direito de moradia representam a espoliação ao qual a periferia está sujeita.

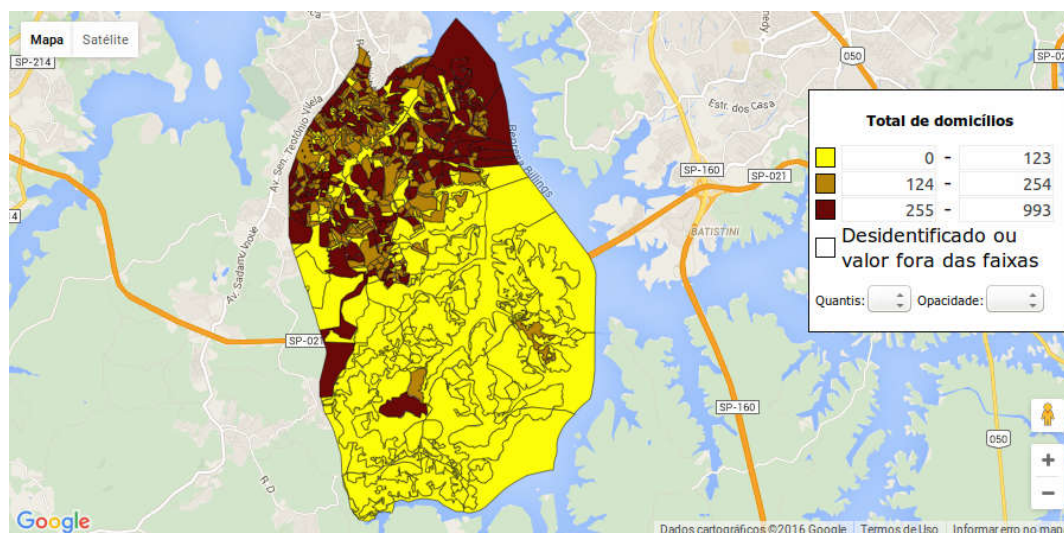
A construção de um panorama geral do espaço onde essa disputa vem se dando é o ponto de partida para a análise destas determinantes.

1.1 O distrito do Grajaú: fixos geográficos

O distrito do Grajaú se localiza no extremo sul de São Paulo. Com uma população de 360.787 ocupa uma área de 92 Km² segundo o censo de 2010. É o distrito com a maior população da cidade de São Paulo. Esse acúmulo populacional reflete a grande expansão da metrópole para regiões periféricas dos anos 70 e 80.

A população se concentra na parte norte do Bairro, região onde se encontram as principais vias de acesso ao centro da cidade e centros de comércio do bairro. A região sul conta com diversas áreas de proteção ambiental, com baixa densidade populacional. O mapa a seguir demonstra essa diversidade encontrada no distrito.

Mapa1: Total de domicílios no distrito do Grajaú



Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/cnefe/> - acessado em 9/4/2016

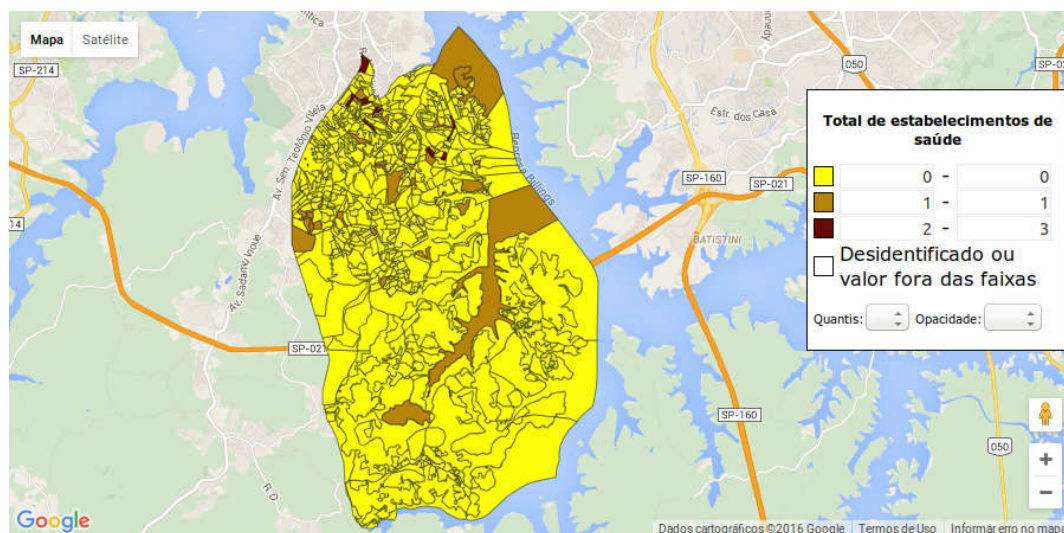
A proximidade com as vias de acesso ao centro da cidade, marginal Pinheiros e avenida Washington Luiz contribuem para a maior concentração populacional no norte do distrito.

Segundo dados comparativos realizados pelo observatório da cidade, o distrito é o pior na relação entre total da população e quantidade de equipamentos públicos e privados de cultura, saúde e educação. Os mapas abaixo representam essa defasagem.

O distrito conta com uma pequena rede de estabelecimentos de saúde e educação, gerando uma defasagem no atendimento da população, a rede de serviços mostra-se aquém das demandadas por uma população tão expressiva.

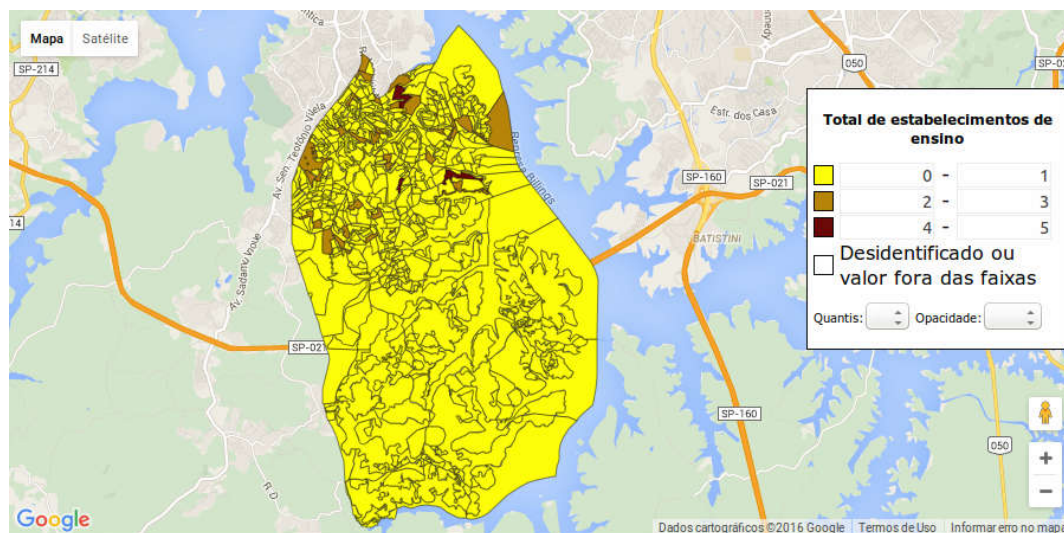
No mapa abaixo podemos observar a quantidade total de estabelecimentos de saúde e de ensino e sua distribuição pelo distrito:

Mapa 2: Total de estabelecimentos de saúde no distrito do Grajaú



Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/cnefe/> - acessado em 9/4/2016

Mapa 3: Total de estabelecimentos de ensino no distrito do Grajaú



Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/cnefe/> - acessado em 9/4/2016

A observação dos mapas revela uma carência no oferecimento do acesso aos serviços de saúde e educação no distrito. As poucas unidades disponíveis encontram-

se na área de maior densidade do distrito, porém, outras regiões com grande concentração populacional, como a região sudoeste do distrito, há pouco ou nenhum oferecimento destes serviços.

Outro dado a ser levantado para analisarmos a configuração do distrito é o oferecimento de estabelecimentos culturais na região.

A tabela abaixo foi elaborada a partir dos dados da pesquisa realizada pela rede “Nossa São Paulo”, disponíveis através do observatório da cidade:

Tabela 1: Equipamentos de uso público no distrito do Grajaú

Total de pontos de Cultura Federais	1
Total de centros, espaços e casas de cultura, municipais, estaduais, federais e particulares	0
Total de museus	0
Total de salas de show e concerto, municipais, estaduais, federais e particulares	0
Total de salas de teatro, municipais, estaduais, federais e particulares	0
Total de equipamentos públicos de esporte	13

Fonte: http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/analises_distritos.php?tema=2#info acesso em 9/04/2016

A carência de equipamentos culturais no distrito é notável. A tabela revela a inexistência de diversos tipos de equipamentos. A precariedade observada em alguns pontos da cidade torna-se ausência de opções em outras. O distrito do Grajaú é um destes espaços.

Esse mapa preliminar de equipamentos públicos no distrito é importante de ser analisado pois relaciona-se diretamente com as demandas apresentadas pelo movimento estudado, bem como, ajuda na compreensão da noção de direito a cidade apresentada pelo movimento.

A produção de ocupações com reivindicações que superam a questão da moradia torna-se ainda mais latente em uma região da cidade carente de equipamentos públicos básicos para a população.

A produção de espaços culturais na ocupação também revela uma forma de contestação à carência de equipamentos de cultura na região. A ocupação se revela enquanto espaço de reprodução da vida social em diversas áreas de sua realização. Não só o território ocupado atende a uma demanda latente que é a fuga do aluguel,

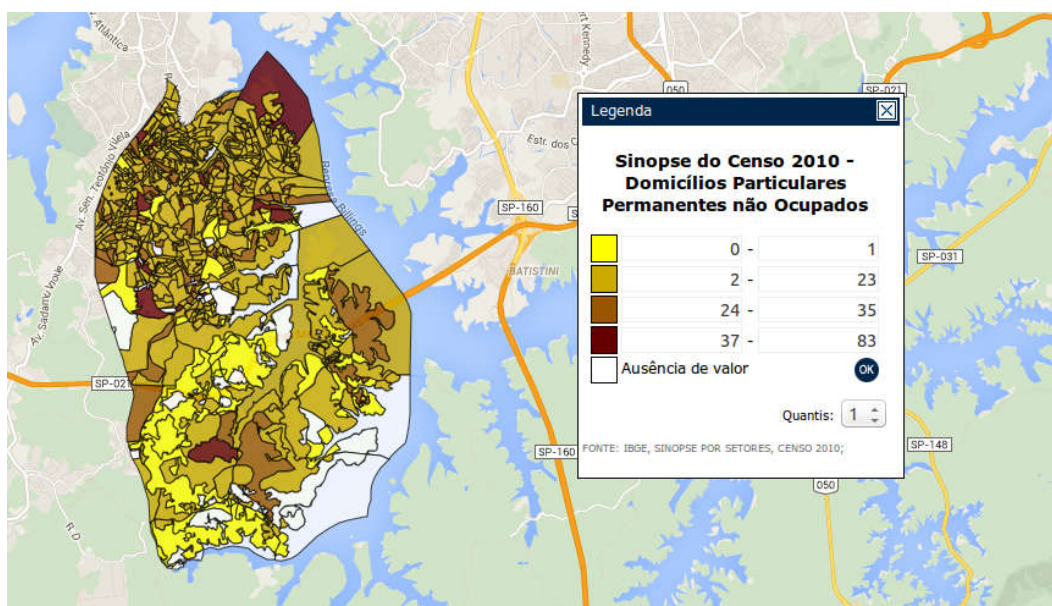
mas também atinge outras faces e dimensões das necessidades inerentes a vida urbana. A formação do sujeito político que se apropria da cidade e dá novo conteúdo a esse espaço é um processo de múltiplas determinações, que vão dos debates de formação política, perpassam a gestão cotidiana de um espaço coletivo e chegam à produção cultural, que se realiza de forma independente aos equipamentos públicos destinados a esse fim.

1.2 A moradia e o uso do solo no distrito do Grajaú

Outra questão central para a melhor compreensão do movimento apresentado é a moradia. O movimento Nós da Sul amplia sua pauta, mas ainda tem na moradia um ponto central de disputa. Para compreender a retomada de movimentos e sua organização entorno dessa pauta apresentaremos dados sobre o distrito em relação ao uso do solo e moradia.

A crescente de ocupações a partir de 2013 no distrito do Grajaú tem relação direta com a disponibilidade de terrenos particulares sem atividades produtivas ou moradia estabelecidos. Abaixo o levantamento do Censo de 2010 sobre o número de domicílios particulares não ocupados:

Mapa 4: Domicílios particulares permanentes não ocupados no distrito do Grajaú



Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st> Acesso em 10/4/2016

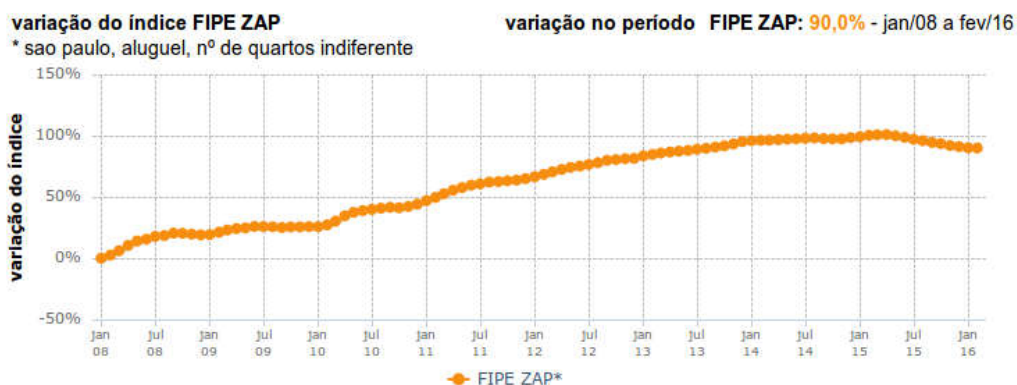
Uma grande parcela do distrito conta com um número elevado de domicílios não ocupados. Esse elemento, junto ao histórico de elevação dos valores dos aluguéis na cidade, criaram as condições para a expansão dos movimentos de ocupação na cidade.

O valor dos aluguéis e preços de imóveis conheceram uma grande alta nos últimos anos na cidade de São Paulo. Os anos de 2013-2014 atingiram índices elevados acumulados. Segundo Rolnik:

Vivemos um ciclo de expansão econômica na cidade, que teve aumento de renda e enorme aumento da disponibilidade de crédito para a aquisição de imóveis. O reflexo foi a elevação nos preços, muito acima do aumento da renda das pessoas. Isso significa que terrenos e imóveis capturaram uma parte importante das riquezas que foram produzidas na cidade. (Entrevista a agência Brasil. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-09/ocupacoes-sao-paulo-tem-deficit-de-230-mil-moradias>)

A partir deste apontamento, observemos a variação no índice FIPE/ZAP de preço de aluguéis na cidade de São Paulo.

Tabela 2: Variação dos aluguéis segundo a FIPE/ZAP



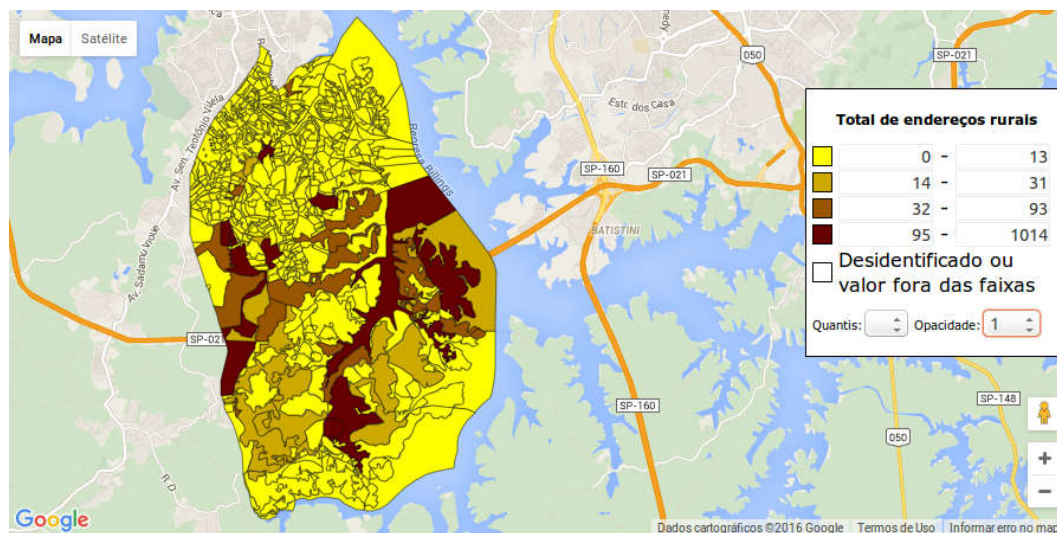
Fonte: Fipec/ZAP

A ascensão do preço apresentado no gráfico só encontra uma pequena recessão a partir de 2015, fato relacionado ao agravamento dos efeitos da crise internacional no Brasil. Maior dificuldade de acesso a crédito, aumento da inflação e desemprego, interferem diretamente na dinâmica do mercado imobiliário.

Outro dado importante de ser apresentado é a quantidade de estabelecimentos rurais da região. Apresentação deste dado interfere diretamente no histórico do movimento tendo em vista que em uma das ocupações o proprietário tinha uma empresa agrícola, sem nenhum relato de atividade, registrada no imóvel.

O mapa a seguir apresenta a quantidade de terrenos rurais no distrito analisado.

Mapa 5: Endereços Rurais no Distrito do Grajaú



Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/cnefe/> Acesso: 10/4/2016

Não é possível realizar um levantamento preciso da parcela destes endereços com ou sem atividade produtiva de fato. Mas é relevante quando refletimos sobre o estoque de terras ainda passíveis de urbanização e possibilidade de apropriação para usos diversos, inclusive moradia.

Os dados apresentados neste primeiro capítulo nos servem a construir uma reflexão acerca da área em que o movimento se estabelece. Das formas urbanas as quais se apropria e o conteúdo que surge a partir dessa apropriação. Apropriar-se das formas e técnicas urbanas, acumuladas historicamente, representa a possibilidade de criação do novo urbano. A apropriação do espaço no tempo da metrópole. (SANTOS, 2004)

2 O movimento Nós da Sul – Surgimento e consolidação

O movimento “Nós da Sul” tem início no final do ano de 2013. O movimento surge a partir dos movimentos desenvolvidos em junho de 2013. Segundo o coordenador, e morador do bairro do Grajaú, após as mobilizações que tomaram o país naquele mês ocorre no Grajaú e em Parelheiros, distrito do extremo sul de São Paulo, uma série de ocupações espontâneas, nos meses seguintes a junho, mais de 30 ocupações foram formadas na região.

Uma das maiores se localizava no bairro do Grajaú, a ocupação Anchieta. Em 2013 a ocupação Anchieta já estava consolidada, com uma demanda muito maior que sua área, e tendo diversas famílias em seu cadastro sem a possibilidade de assentamento no local da ocupação.

De extrema importância na organização da Ocupação Anchieta e da posterior organização do movimento Nós da Sul é a figura e direção de Leanir, o Rapozão. Ex-metalúrgico e sindicalista torna-se autônomo nos anos 90, passando da luta sindical à luta popular. Sua trajetória é significativa tanto sob a perspectiva do mundo do trabalho e suas transformações quanto dentro da política, de sindicalista ligado ao partido dos trabalhadores a líder de movimentos sociais urbanos, após o rompimento com o PT. Sua história confunde-se com a história da forma de regulação do trabalho, e da centralidade do petismo enquanto ferramenta de organização das lutas sociais.

É nesse contexto que se inicia um debate sobre a necessidade de articulação de diversas pautas latentes dentro do bairro. A questão da moradia, bastante sensível nos movimentos de ocupação, com outras questões que atingem diretamente o cotidiano da população do bairro do Grajaú. A educação, com a precarização e deterioração das escolas do bairro, a ineficácia do sistema de saúde e o debate sobre mobilidade urbana.

É a partir do acúmulo destes debates que surge o movimento, através da articulação do movimento de moradia, presente na ocupação Anchieta, do movimento de educação popular através do cursinho pré-vestibular Vladimir Herzog, da Rede Emancipa (cursinho que se organiza aos finais de semana em uma das maiores escolas do Bairro – a E.E. Carlos Ayres), de algumas associações de moradores da região e de professores da rede pública de ensino dos distritos do Grajaú e Parelheiros.

Outro apoio importante na formação do movimento, e nas lutas que este desenvolve, é do diretório municipal do Partido Socialismo e Liberdade. Através de seu presidente municipal do período, o geógrafo Maurício Costa, o partido esteve ligado organicamente ao movimento desde sua concepção.

O apoio recíproco entre ativistas ligados ao PSOL e ao movimento, a presença de dezenas de filiados ao partido em suas fileiras e a utilização do mandato parlamentar do partido em ações e lutas organizadas pelo movimento mostram a preocupação do movimento na construção de políticas para diversos campos de luta. As ruas em atos, as ocupações na disputa territorial e a articulação via partido para disputa no campo superestrutural.

O ato de lançamento do movimento se faz através da publicação de um boletim, ainda no final de 2013, dando início ao coletivo “Nós da Sul”. É a partir desse boletim que a estruturação de um jornal para circulação local tem início. Em Maio de 2014 uma assembleia convocada pelo movimento lança a primeira edição do Jornal “Nós da Sul”.

Figura 1: Lançamento do Jornal “Nós da Sul”



Fonte: Acervo pessoal de Guilherme Liberatti de Almeida Prado (2014)

A imagem acima retrata a diversidade proposta na construção do movimento Nós da Sul. A atividade foi organizada em uma escola pública, E.E. Carlos Ayres, e contou com ativistas da educação, saúde, movimentos de moradia e a população organizada em associações de bairro da região. Destaque para a associação Recanto Cocaia, bairro do distrito do Grajaú.

A partir deste lançamento é organizada uma coordenação para o movimento, composta por 5 membros. Estes, articulados em reuniões semanais, tocam as atividades e demandas de todos os setores envolvidos com a construção do coletivo. A coordenação é composta por direções dos movimentos articulados em torno da construção do “Nós da Sul”.

São diversas lutas organizadas no extremo sul de São Paulo sob a bandeira do movimento Nós da Sul. A diversidade das demandas expressas sob a bandeira do direito à cidade, palavra de ordem incorporada ao mote central do movimento é grande. A seguir, apresentarei uma linha do tempo das principais atividades realizadas pelo movimento em torno dessa pauta.

2.1 Cronologia de atividades realizadas pelo movimento Nós da Sul – 2014 – 2015

A amplitude da pauta quando analisamos o movimento Nós da Sul é grande. A relação com o bairro e suas demandas é observada no cotidiano da organização. A demonstração desta característica se dá a partir da observação das pautas e temas abordados ao longo da existência do movimento. Neste capítulo, procurarei demonstrar, através de fotografias e arquivos de panfletos das campanhas organizadas, esse histórico.

O objetivo dessa construção é explicitar concretamente as ações do movimento a fim de confrontá-las com a noção apresentada pelos seus dirigentes de direito a cidade, analisando-as sob o pano de fundo conceitual apresentado por Lefebvre (1991) e analisados por Harvey (2014).

Figura 2: Assembleia ocupação Anchieta



Fonte: Acervo pessoal Bruno Magalhães (dezembro, 2013)

Figura 3: Panfleto para eleição do Conselho Participativo de São Paulo

Lutadores da Zona Sul no Conselho Participativo

Para aumentar a voz do povo, vamos lutar por um conselho
que tenha poder e realmente tome decisões!

Juarez "Jura"  Presidente da Associação de Defesa da Moradia do Recanto Cocaia, é também conselheiro do Conselho de Saúde da Capela do Socorro. Desde sempre nas lutas pela habitação e regularização dos bairros da periferia, Jura vai representar a população que luta por dignidade em seu bairro, pelo asfaltamento, regularização e implantação de equipamentos públicos.	59057
Leanir "Rapoão"  Liderança do Movimento Anchieta, o companheiro Rapoão vive na região desde 1973. Metalúrgico com 25 anos de experiência, esteve no sindicato da categoria por 15 anos e agora participa da luta pela moradia digna. Leanir Rapoão será o representante das ocupações do Grajaú no Conselho Participativo, sempre levantando essa bandeira e defendendo a população pobre em todas as outras áreas.	59062
Fernando "Bike"  Liderança social do Jd. Vargem Grande, Fernando Bike participa do Conselho Gestor da APA Capivari-Monos. Defendendo a urbanização e a regularização dos bairros de Parelheiros, Fernando Bike vai lutar pela valorização dos bairros mais distantes de Parelheiros e por melhores condições de transporte, educação e saúde.	60015

Fonte: acervo pessoal Bruno Magalhães

O movimento nessa primeira participação elege os três representantes para o conselho participativo municipal. Órgão transitório que, segundo sua regulamentação possui as seguintes atribuições:

"Art. 3º O Conselho Participativo Municipal observará os princípios estabelecidos para o Município em sua Lei Orgânica, especialmente os seguintes:

I - a defesa da elevação do padrão de qualidade de vida e de sua justa distribuição para a população que vive na região da Subprefeitura;

II - a defesa e a preservação do meio ambiente, dos recursos naturais e dos valores históricos e culturais da população da região da Subprefeitura;

III - a colaboração na promoção do desenvolvimento urbano, social e econômico da região e no acesso de todos, de modo justo e igualitário, sem qualquer forma de discriminação, aos bens, serviços e condições de vida indispensáveis a uma existência digna;

IV - o desenvolvimento de suas atividades e decisões pautado pela prática democrática, pela transparência e garantia de acesso público sem discriminação e ocultamento de informações à população da região da Subprefeitura;

V - o apoio às várias formas de organização e representação do interesse local em temas de defesa de direitos humanos e sociais, políticas urbanas, sociais, econômicas e de segurança;

VI - a não sobreposição à ação de conselhos, fóruns e outras formas de organização e representação da sociedade civil, desenvolvendo ação integrada e complementar às áreas temáticas de cada colegiado;

VII - o zelo para que os direitos da população e os interesses públicos sejam atendidos nos serviços, programas e projetos públicos da região, com qualidade, equidade, eficácia e eficiência;

VIII - a participação popular;

IX - o respeito à autonomia e à independência de atuação das associações e movimentos sociais;

X - a programação e planejamento sistemáticos.”

(São Paulo, DECRETO N° 54.156, DE 1º DE AGOSTO DE 2013)

A intervenção nesse espaço traria, segundo dirigentes do movimento, maior possibilidade de pressão junto a subprefeitura, bem como, a posição privilegiada quanto a busca de informação sobre os bairros representados.

Figura 4: Ocupação Plínio de Arruda Sampaio

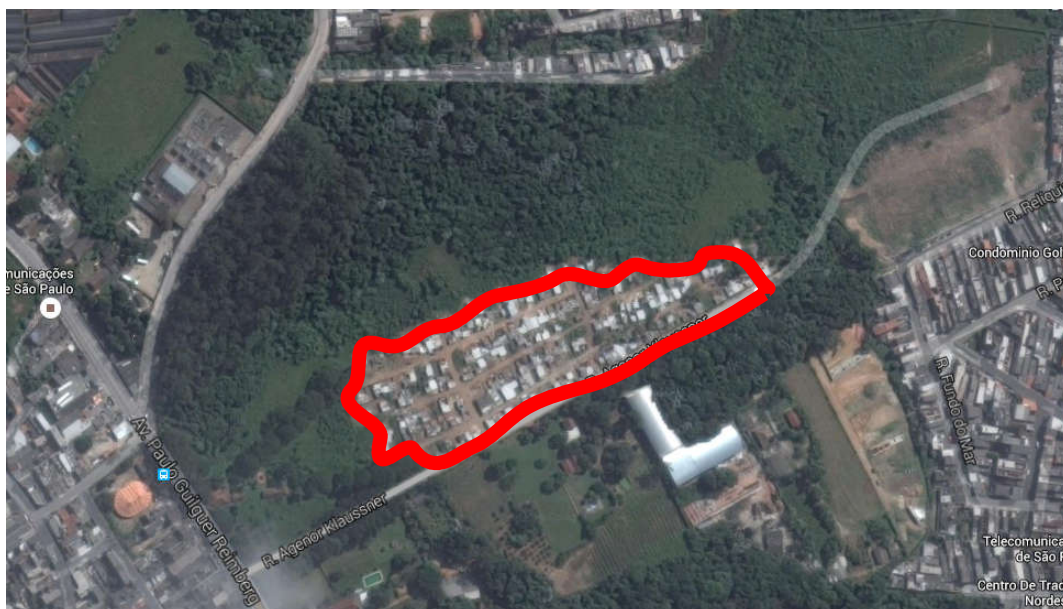


Fonte: Acervo pessoal Bruno Magalhães (2014)

O movimento, em agosto de 2014, organiza sua primeira ocupação de fato. Junto as famílias não contempladas na Ocupação Anchieta, forma-se a ocupação Plínio de Arruda Sampaio. Localizada na Rua Agenor Klaussner, próxima a Avenida

Paulo Guilguer Reimberg, a ocupação, em seu início, já contava com cerca de 100 famílias. Estabeleceu-se rapidamente. O processo contou com o apoio de todos os movimentos engajados em torno do Nós da Sul.

Mapa 5: Área da ocupação Plínio de Arruda Sampaio



Fonte: Google Maps – Editado pelo autor (acesso em 21/03/2016)

Figura 5: Primeira assembleia ocupação Plínio de Arruda Sampaio



Fonte: Acervo de Bruno Magalhães (2014)

Elemento central de ocupações deste tipo é a construção realizada pelos

moradores dos barracos e a solidariedade existente entre os mesmos na produção da moradia provisória. Muitos dos moradores foram, ou são, trabalhadores da construção civil. Neste caso o trabalho se coloca à disposição da construção de seu meio de vida. Neste espaço, o trabalho é convertido em valor de uso, não mais em valor de troca. Segundo Maricato (1976):

A solidariedade, quando existe, é uma determinante para a sobrevivência. O contacto direto com a produção da casa também. Não há outra escolha possível, assim como não há outra arquitetura possível para substituir aquela que caracteriza o espaço de residência da classe trabalhadora, mantidas as condições em que se dá a produção desse espaço como veremos adiante. (Maricato, 1976: 730)

Figura 6: Construção dos barracos na ocupação Plínio de Arruda Sampaio



Fonte: Acervo Bruno Magalhães (2014)

Figura 7: Morador construindo sua moradia usando uniforme de trabalho



Fonte: Acervo de Guilherme Prado (2014)

A estruturação da ocupação Plínio de Arruda Sampaio consolida o Movimento Nós da Sul no cotidiano do distrito do Grajaú. É a partir dela que diversos atos políticos são realizados na cidade.

É importante aqui uma diferença entre as ocupações Plínio de Arruda Sampaio e Anchieta. Enquanto a ocupação Anchieta se deu de forma espontânea, logo seu crescimento se deu dessa forma. Apesar da consolidação de Rapozão enquanto liderança, a capacidade de controle do movimento frente a gestão e uso do espaço estava em um patamar muito inferior em relação ao que se viu na ocupação Plínio de Arruda Sampaio. Esta, diferencia-se por ter surgido, em ideia, organização e gestão, dentro de um movimento social organizado.

As palavras de ordem utilizadas vão de pautas mais abrangentes, como “Direito a saúde, educação e moradia”, a pautas mais direcionadas, como a luta pela melhora de determinada UBS, ou mesmo, apoio a movimentos, como no caso da disputa contrária a construção do aeroporto de paraleiros.

Figura 8: Ato realizado na Avenida Teotônio Vilela.



Fonte: Acervo pessoal Bruno Magalhães (2014)

Nesse sentido, a disputa da cidade feita através do movimento se dá nos marcos de uma disputa também pelos bens públicos. A qualidade destes também se dá pela capacidade que a classe trabalhadora organizada tem de disputá-los. Segundo Harvey:

“Na medida em que as cidades tem sido os espaços para vigorosos conflitos e lutas de classe, a administração pública viu-se muitas vezes forçada a suprir os bens Públicos (como habitação de interesse social acessível, sistema de saúde, educação, pavimentação das ruas, saneamento e água) a uma classe trabalhadora urbanizada. Embora esses espaços e bens públicos contribuam intensamente para as qualidades dos comuns, faz-se necessária uma ação política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendam apropriar-se deles ou concretizar essas qualidades. [...] A luta para apropriar os espaços e bens públicos urbanos tendo em vista o objetivo comum está em curso. Todavia, para proteger o comum, quase sempre é crucial proteger o fluxo de bens públicos que corroboram as qualidades do Comum.” (HARVEY, D. 2014, pg. 144-145)

A constante disputa pela qualidade dos bens públicos urbanos e na forma de apropriação deste. A produção deste é contínua, realizada através do estado, produto do trabalho coletivo dos trabalhadores. Sua apropriação, constantemente apropriada a lógica mercadológica privatista. A disputa pela existência, qualidade e apropriação é um dos pontos centrais da disputa urbana.

Observando o Movimento Nós da Sul, é possível também observar, ainda na perspectiva de Harvey (2014) a disputa pela “comunalização” da estrutura urbana e da cidade. Tomar a rua enquanto espaço de sociabilização através dos atos, dos terrenos impondo a moradia sobre a especulação, a utilização da sede e dos espaços da ocupação de moradia para a promoção de atividades e oficinas abertas dão o caráter coletivo a prática social

A disputa está no cerne desta questão. Seja a partir da comunalização dos espaços urbanos ou na disputa dos bens públicos a apropriação pela população trabalhadora urbana entra em choque com a apropriação privatista e mercantil da lógica de produção do espaço urbano. A capacidade de intervenção, se dá a partir da possibilidade de organização da classe para esta disputa.

Figura 9: Atividades realizadas na Ocupação Plínio de Arruda Sampaio



Fonte: Acervo pessoal Bruno Magalhães (2014)

A ocupação urbana como forma de disputa pelo direito à moradia se desenvolve junto a ações judiciais. A proteção ao direito de propriedade é central ao modelo capitalista de acumulação. A cidade é seu espaço privilegiado. A ferocidade do processo de defesa ao direito é observada em diversas cidades do mundo ao longo da história recente do capitalismo global.

Harvey (2014), em sua obra, aponta casos bem representativos da pressão do capital em defesa ao direito de propriedade. Índia, China, Londres são apontados enquanto exemplos do poder que o estado tem para movimentar grandes contingentes populacionais que ocupavam diversas áreas por grandes períodos de tempo sem regularização fundiária, e viram, sobretudo a partir dos anos 90, suas terras tomadas pelo Estado a partir de pressões do poder econômico.

A prática do poder público frente ao direito de moradia x direito a propriedade é também determinado a partir da totalidade das relações de classe estabelecidas em cada período. Bobbio (1992) assinala que os direitos são historicamente determinados e variam de acordo com o período histórico e a dinâmica de classes.

Este fato, nos coloca frente a contradição de possuir uma das mais avançadas legislações que versam sobre a reforma urbana, a Lei 10.275/2001, o estatuto da cidade, e ainda o predomínio de decisões que indicam a defesa da propriedade privada. Segundo Trindade:

Muito embora o princípio da função social da propriedade, e a ideia de sua subordinação ao interesse coletivo, já constasse formalmente nas constituições brasileiras de 1934, 1946 e 1969 (Rodrigues, 1988), a concepção que prevaleceu no campo das interpretações jurídicas e da prática dos agentes privados sempre se pautou pela defesa da propriedade como um direito irrestrito e absoluto em face de qualquer outro. (TRINDADE, 2012)

Ainda sobre o produto desta interpretação Trindade aponta:

Dessa forma, sobretudo em razão da especulação imobiliária, produziu-se uma situação aparentemente paradoxal: enquanto um enorme contingente populacional se aglomerava na periferia da cidade vivendo em condições precárias ao extremo, inúmeros terrenos e imóveis vazios e/ou ociosos conformavam a paisagem urbana - um grande número deles, inclusive, na área central. Com isso, permanecem vários espaços vazios nessa área - os chamados vazios urbanos - ao passo que a malha da cidade se espalha de forma contínua e horizontal. (TRINDADE, 2012)

Santos aponta o México enquanto caso emblemático, tendo sua área urbana aumentada em 4 vezes entre as décadas de 50 a 70, e sua densidade populacional diminuída de 16 para 11 hab/km². (SANTOS, 1990)

Marx já assinalava a centralidade do sobrelucro produzido a partir da propriedade:

Onde quer que forças naturais sejam monopolizadas e assegurem um sobrelucro ao industrial que as explora, seja uma queda d'água, uma mina rica, um pesqueiro abundante ou um terreno para construção bem localizado,

aquele cujo o título sobre uma parcela do globo terrestre o toma proprietário desses objetos da Natureza subtrai esse sobre lucro na forma de renda, ao capital em funcionamento. (MARX, 1988 – pg.253)

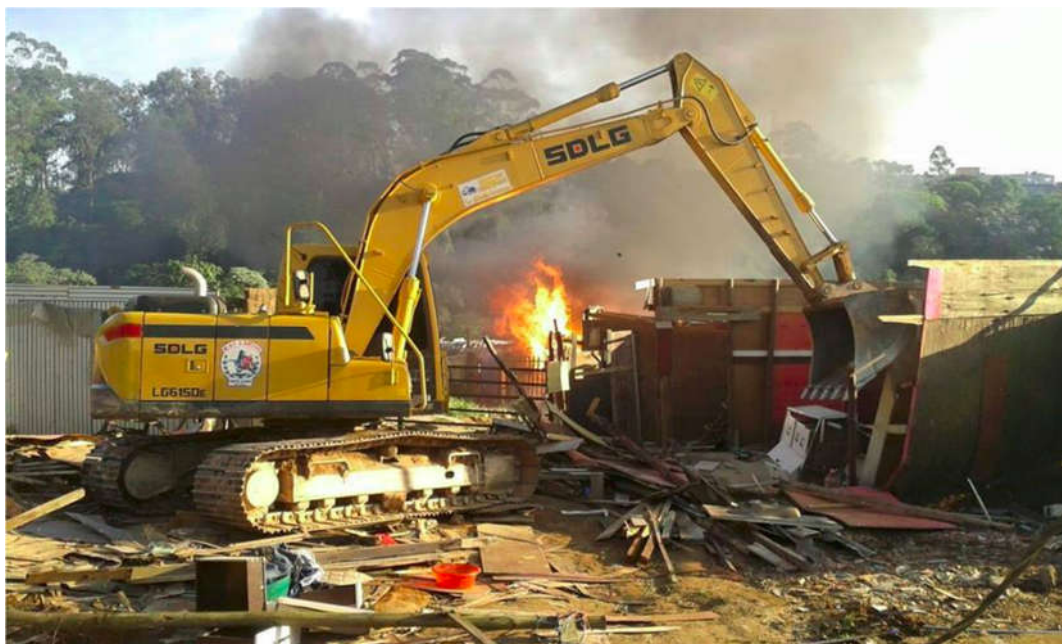
O contraponto ao sobrelucro ou a renda diferencial é a apropriação para moradia, o aluguel, compra, ou ocupação para tal fim objetiva a reprodução enquanto sujeitos de uma classe social. (FERNANDES, 1982)

O presente trabalho não pretende debruçar-se sobre a questão jurídica do direito à moradia e o direito à propriedade privada, mas estes apontamentos nos servem para a tentativa de compreensão do processo que se segue dentro da ocupação Plínio de Arruda Sampaio.

A ocupação Plínio de Arruda Sampaio localizava-se em um terreno pertencente a Agropecuária Singal, empresa que nunca de fato estabeleceu atividades produtivas no local. Nenhuma infraestrutura produtiva foi encontrada no terreno.

Depois de quase um ano de ocupação, foi executado por parte da prefeitura, a ordem de reintegração de posse. Tirando as quase 300 famílias já instaladas no terreno.

Figura 10: Reintegração de Posse



Fonte: Acervo Bruno Magalhães (2015)

A articulação do Movimento Nós da Sul foi central nesse ponto. Grande parte das famílias foram abrigadas por outra ocupação da região. A Novo Recanto.

Segundo Bruno, ainda que temporária, durante a ocupação essas famílias deixaram de pagar aluguel ou deixaram de morar de favor, e construíram seu local de residência e de luta. Sem o peso do aluguel as famílias viveram com mais dignidade, consumindo mais e se alimentando melhor, beneficiando até mesmo o desenvolvimento dos bairros ao redor.

Ainda segundo Bruno, a principal proposta da prefeitura, em uma reunião 3 dias antes da reintegração de posse, foi o pagamento de passagem aos migrantes, mesmo que estes, há décadas, já estavam instalados na cidade de São Paulo.

Segundo esse ponto, Engels é assertivo em seu trabalho sobre a questão da moradia:

Na verdade, a burguesia só tem um método para resolver a seu próprio modo o problema da moradia - isto é, resolvê-lo de modo que a solução recoloca eternamente os mesmos problemas a cada nova tentativa. Esse método é chamado de "Hausmann" [denominação com a qual] me refiro a prática que atualmente se difundiu muito e consiste em abrir brechas nos bairros operários da classe operária de nossas grandes cidades e, particularmente em áreas centrais, sem nada que justifique se isso é ou não feito por razões de saúde pública, pelo embelezamento da cidade, pela procura por grandes edifícios comerciais situados no centro ou, devido às exigências do tráfego do assentamento de dormentes de estrada de ferro, da ampliação das ruas (o que às vezes parece ter um objetivo de dificultar as lutas em barricadas) [...]. Por mais diferentes que sejam os motivos, o resultado será sempre o mesmo; os becos imundos desaparecem para grande alegria da burguesia, que se auto congratula por ter contribuído para o enorme sucesso das transformações, mas tudo reaparece imediatamente em outro lugar qualquer [...]. Os focos das doenças, os buracos e os porões infames em que o modo de produção capitalista confina nossos trabalhadores noite após noite, não são erradicados; são simplesmente *transferidos para outro lugar*! A mesma necessidade econômica que os produziu nas vezes anteriores volta a produzi-los em outros lugares. (ENGELS, 1935. pg. 74-77)

O movimento Nós da Sul rearticula-se rapidamente a ocupação de um novo terreno. Junto as famílias retiradas da Ocupação Plínio de Arruda Sampaio, o movimento ocupa um novo terreno, na Vila São José, também um Bairro do distrito do Grajaú, dando início a ocupação Plínio Resiste.

Figura 11: Início da ocupação Plínio Resiste – Montagem de barracas



Fonte: Acervo pessoal Bruno Magalhães

Figura 12: Entrada da ocupação



Fonte: Acervo pessoal Bruno Magalhães (2015)

A ocupação Plínio Resiste será objeto de análise da terceira parte deste trabalho. O apontamento da rápida reorganização e das relações de solidariedade construídas entre os movimentos urbanos da região do extremo sul de São Paulo é o ponto que nos cabe expor nesse capítulo.

É importante aqui assinalar a tática do movimento ao realizar ocupações. A construção de barracos de madeira não é uma opção condicionada somente pelo acesso ou não a materiais de alvenaria. O movimento não pretende com as ocupações instalar novos bairros permanentes. Se utilizam desta tática para, junto a uma diminuição drástica do gasto da pequena renda destes trabalhadores com aluguel, pressionar o poder público para construção de moradias populares. Aqui, a ocupação é parte de uma disputa de políticas públicas, não objetivo final do movimento.

2.2 Direito à cidade: perspectiva do movimento acerca do conceito utilizado enquanto mote de luta.

O conceito apresentado por Lefebvre em 1967 é formado essencialmente por uma queixa e uma exigência. A queixa respondia a crise da vida cotidiana da cidade, e a exigência se dá nos marcos de enxergar a crise, e postular uma alternativa de vida urbana, menos alienada. (HARVEY 2014)

Outro apontamento importante feito por Harvey está no processo de apropriação/utilização do conceito apresentado por Lefebvre, segundo este:

A ideia do direito a cidade não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais (embora eles existam em grande número, como sabemos). Surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempo de desespero. (HARVEY 2014 – p.15)

As entrevistas realizadas em campo tiveram objetivos diferentes. A cada um dos coordenadores foi pensado um roteiro que contemplasse informações das áreas do movimento em que estes se relacionavam de forma mais direta em relação ao cotidiano da ocupação.

Apesar deste direcionamento, em todas as três entrevistas foi feito um questionamento a fim de construir, segundo a perspectiva apontada por Harvey, a construção do direito a cidade a partir de uma determinada luta construída historicamente. Um panorama de como o movimento entendia esse conceito utilizado por eles enquanto mote principal.

As respostas dos entrevistados visam demonstrar que concepção o movimento estudado, contemporâneo e de intervenção urbana, vem produzindo. Além do que, a pluralidade nos enfoques das definições é notável. A heterogeneidade da classe trabalhadora urbana contemporânea se expressa na construção da noção desse direito.

Segundo Bruno Magalhães:

“o direito que todos os moradores da periferia possam viver em um lugar onde existam todos os serviços referentes a uma cidade, agente tá falando de educação, saúde, urbanização, moradia digna, segurança, transporte, esse conjunto de direitos

que estão na cidade, nas periferias, muitas vezes, são negados, negligenciados pelo poder público. Então para gente essa luta por direito a cidade é uma luta em conjunto, para que a cidade seja um espaço mais democrático e os direitos sociais e serviços públicos sejam acessíveis a toda a população, principalmente a população mais precarizada, mais vulnerável socialmente que vive nas periferias. ” (Depoimento de Bruno Silvano Magalhães)

Bruno é professor. Paga aluguel no Grajaú. Aqui o acesso a serviços públicos e a disputa pela qualidade destes na periferia é elemento central da noção de direito a cidade construída pelo coordenador. A questão do acesso a gestão da cidade também é evocada. O controle não estaria só no acesso a serviços urbanos de qualidade, mas na possibilidade de gestão destes, através do que Bruno chama de “cidade enquanto espaço mais democrático”.

O segundo entrevistado foi André. Coordenador do movimento, morador de ocupações urbanas há 40 anos. Responsável pela organização interna e pela relação com o bairro, e as forças sociais contidos nele, do entorno das ocupações do movimento Nós da Sul. Segundo André, o direito a cidade é:

“Direito a cidade é tudo, porque agente do movimento Nós da Sul, agente quer tomar de novo a cidade, porque lá atrás agente perdeu, porque está aí esse poder capitalista, onde está massacrando, pai e mãe de família, onde você sai de manhã para trabalhar, você não tem um bom transporte, você chega depois de 10 horas de jornada de trabalho e se depara com seu filho com uma febre e você vai ao pronto socorro, e fica 7, 8 horas pro medico nem olhar pra cara do seu filho, e falar pai isso aí é uma virose, e muitas vezes é um pai ou uma mãe de família que nem tem condições pra comprar um remédio, e acaba por comprar um que nem é para solucionar o problema da criança, porque o médico nem olha para criança. Então direito a cidade é direito a tudo, direito a saúde, educação, transporte, lazer e cultura, a todos, iguais. ” (Depoimento de Euler André Matos)

Aqui a é clara a ponte entre a noção de direito à cidade e a forma com que a exploração do trabalhador urbano se coloca. Harvey desenvolve em sua obra O Novo Imperialismo (2012) o conceito de espoliação. Esta seria a forma de exploração que

não se realiza somente na jornada de trabalho. A produção do espaço urbano junto a flexibilização do trabalho intensificam a exploração do cotidiano do trabalhador (negação de serviços essenciais para a reprodução enquanto força de trabalho, os longos períodos de deslocamento impostos para o trabalhador urbano, etc.). A esse modelo de exploração da sociedade capitalista em sua fase flexível que Harvey denomina espoliação. Uma modalidade de acumulação que se dá fora do horário de venda de força de trabalho. Na clássica relação de obtenção da mais-valia. (HARVEY. 2012)

André é taxativo quando apresenta sua ideia de direito à cidade. Apropriação desta, e a possibilidade de vivência desta.

O terceiro e último coordenador entrevistado foi Gilvan. Neste caso, o histórico do entrevistado é revelador quanto ao trabalho na metrópole e a vivência da cidade enquanto produtor do conceito de direito a cidade. Segundo Gilvan:

“ ... eu sou negro, sou nordestino, trabalhei muito tempo como Camelô, minha família é toda dessa área, dessa linhagem, trabalhei em construção civil dez anos da minha vida, já fui preso, já cometi alguns delitos na minha juventude, e passei pouco mais de dois anos em cana, e contra tudo isso ainda consegui entrar numa boa universidade, e na medida do possível estudar, ter boas notas, isso que era mais fantástico, na universidade eu senti que era um estranho, porque no prédio que eu estudava eu era o única cara de cor, e eu olhava o mundo de uma forma totalmente diferente, eu era o único com cor, o restante que não tinha, porque pra mim todo mundo é igual, quem me enxergava diferente que era sem cor nenhuma, e a luta por direito a cidade eu vejo assim cara, é construir uma sociedade um pouco mais justa, sem discriminação, onde você tenha direito a viver no que você construiu, quem construiu essa cidade foi essa classe trabalhadora da periferia, e hoje, a periferia é tratada como mercadoria de voto, e isso tá errado, o voto do negro não é diferente do voto do branco, do voto do Gay, do voto do homem e da mulher...”

Direito a cidade, meu rei, é ter acesso igual para todo mundo, é ter direito à moradia decente, ter direito a andar na rua com segurança, não ter que correr da polícia porque eu sou negro, e não pra me abordar porque sou negro e estou num carro legal, que eu trabalhei para comprar, sabe, direito a cidade é não ter medo de viver nela, é ter direito a ela, pra mim é isso. ” (Depoimento de Gilvan Máximo de Souza)

O histórico de Gilvan é tem o respaldo analítico da teoria dos circuitos da economia urbana de Santos (2004). É produto do circuito inferior da economia urbana e nele se inseriu durante toda sua vida. Seu cotidiano é marcado por essa lógica de acumulação e circulação do capitalismo.

Seu relato nos auxilia a refletir a produção do direito a cidade segundo a concepção apresentada por Harvey, dinâmica e construída a partir dos movimentos sociais urbanos, em suas nuances de gênero, raça, setor da classe trabalhadora ao qual os sujeitos estão inseridos.

O grau de amplitude apresentado pelos relatos, e a potencialidade de transformação contida nas demandas que estes apresentam, afinal, apropriar-se dos bens comuns é apropriação de excedente, é também a possibilidade de apropriação do processo de produção do espaço urbano.

Outro elemento apresentado por Harvey central para a compreensão da produção do movimento de direito a cidade, e a construção de outra cidade é o caráter ainda difuso da ideia. Essa se constrói, segundo o autor:

... simplesmente daquilo que as pessoas fazem, sentem, percebem e terminam por articular à medida que procuram significados para sua vida cotidiana. Essas práticas criam espaços heterotópicos por toda a parte. (HARVEY 2014)

Conforme pudemos analisar, a construção do movimento, das ocupações e da noção de direito a cidade, vislumbra a produção desta heterotopia, enquanto elemento central de transformação radical da sociedade e sociabilidade urbana.

3. A ocupação Plínio Resiste

Neste capítulo buscaremos tratar dos processos pertinentes à dinâmica e organização da ocupação em si, no bairro do Grajaú. Aqui é importante ressaltar o trabalho de campo, e a forma com que se realizou. O acompanhamento do cotidiano da ocupação e o trabalho intensivo realizado em dias de assembleia foram determinantes para a coleta dos dados e informações apresentadas. A relação de confiança estabelecida junto a direção do movimento, fato que se deu pelo apoio na construção do movimento e, quando possível, no cotidiano da ocupação, fez com que os diálogos, entrevistas e questionários se realizassem de forma sincera, espontânea e sem receios ou bloqueios por parte dos entrevistados.

A ocupação surge enquanto resposta do movimento ao processo de reintegração de posse pelo qual haviam passado algumas semanas antes. A necessidade objetiva das famílias despejadas somadas a omissão do poder público em oferecer saídas concretas para estas famílias determinou parte das condições objetivas para a realização da ocupação do terreno e a consolidação da ocupação Plínio Resiste.

Junto a esses fatores, a organização do movimento, com cadastro e contato de diversas famílias, e a busca por alternativas de terrenos na região, processo que já ocorria antes mesmo da reintegração em si, deram as ferramentas e organização necessária para a rápida ocupação de uma nova área.

O intervalo de tempo entre a primeira ocupação e a segunda foi de apenas duas semanas. As famílias despejadas pela prefeitura da ocupação Plínio de Arruda Sampaio encontravam-se divididas. Parte em ocupações de movimentos parceiros do Nós da Sul, parte alojadas em casas de parentes e amigos.

Após a determinação da data da realização da ocupação, parte dessas pessoas foram convocadas para a ação.

O movimento contou com apoio de outras organizações para a realização da ação. O movimento de juventude Juntos mandou cerca de cinco militantes. O Partido Socialismo e Liberdade, através da ligação orgânica de membros da direção do movimento ao partido apoiou com alguns militantes para além de quem já constrói o Nós da Sul. Algumas lideranças de bairro também se juntaram as famílias na noite de ocupação do terreno.

A logística, procedimento de ocupação e funcionamento da ocupação serão expostas no próximo ponto.

A discussão do trabalho e renda dos ocupantes será ponto de discussão. A proposta é destrinchar a gestão territorial que se dá dentro do espaço ocupado, bem como, observar onde, dentro da circulação da economia urbana se situam seus atores principais.

3.1 Estabelecimento da ocupação

A ocupação Plínio Resiste foi estabelecida em um terreno localizado na Vila Alpino, bairro do distrito do Grajaú. Em um terreno de posse de uma empresa agrícola, a Singal, que não desenvolvia nenhuma atividade produtiva no terreno foi estabelecida no dia 23 de Julho de 2015. Após duas semanas da reintegração de posse executada na ocupação Plínio de Arruda Sampaio no dia 13 de julho.

O terreno escolhido está em uma área de ZEIS, que segundo o zoneamento que regulamenta o uso do solo na cidade de São Paulo, são áreas especiais de interesse social, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo (Artigo 48 da lei federal 11.977).

A função social que desempenhava o terreno em questão só respondia aos interesses de seu proprietário, no que tange a valorização através da especulação. Seu abandono era notável. Sem relatos de atividades desenvolvidas, o terreno era utilizado como lixão a céu aberto. Trazendo diversos problemas às comunidades do entorno.

A noite da ocupação começa ainda cedo no mesmo dia.

O procedimento é descrito por Leanir, o Rapozão, como delicado. Na noite da ocupação se instala a sede do movimento e algumas barracas. É durante a madrugada que este processo se dá. É necessário que a ação seja rápida, a ocupação, para que não se desencadeie um enfrentamento com a polícia de imediato, antes da consolidação da sede e de barracos do movimento.

Por volta de meia noite, alguns ônibus e carros se encaminham ao terreno da Vila Alpino. O muro foi aberto e rapidamente os participantes da ocupação estabelecem-se no local. O terreno possui um mínimo de infraestrutura, 3 barracões abandonados. Uma bandeira do movimento é colocada e alguns coordenadores passam a primeira noite na ocupação. A construção dos primeiros barracos inicia-se nas primeiras horas do dia seguinte. Parte do material utilizado foi salvo da reintegração de posse da antiga ocupação.

A princípio cerca de trinta famílias ocupam o terreno. Em sua maioria, os ocupantes participavam da ocupação Plínio de Arruda Sampaio. O desenvolvimento da ocupação, seu estabelecimento, e a notícia do surgimento de uma nova ocupação

no bairro faz com que esse número de famílias crescesse. No final de 2015 já eram cerca de 150 famílias instaladas no terreno.

A ocupação se consolida a partir da construção dos primeiros barracos de madeira. A organização da estrutura em alvenaria do local se dá pela direção do movimento. Uma secretaria, uma cozinha e depósito e o maior prédio destinado a realização de assembleias e atividades culturais.

A princípio, as primeiras interações da ocupação com o entorno se dão junto a atores que, junto ao poder público possuem interação com o bairro e o território.

A polícia é o primeiro contato entre a ocupação e o poder público. Através de constantes intimidações o estado se apresenta ao movimento como se apresenta à população da periferia.

Outra interação imediata junto ao movimento é a do tráfico de drogas. O tráfico se dá em São Paulo de forma muito organizada. Territórios são geridos pelo crime organizado, que possui grande força e organização, principalmente nas periferias, onde o poder público se mostra ausente. Essa relação é tratada pelo coordenador como cotidiana. Segundo o coordenador, a presença de um movimento organizado que possibilita o estabelecimento de limites. Deixando assim, atividades ligadas ao tráfico fora da área da ocupação.

A população do bairro muitas vezes vem a ocupação com o intuito de conhecer o movimento. O apoio geralmente se dá pela ocupação, com moradia, de um terreno abandonado, utilizado como lixão, espaço para tráfico de drogas, enfim, uma área perigosa dado o abandono por parte do proprietário e pelo poder público.

Nos próximos pontos do capítulo buscaremos expor de forma mais detalhada os métodos de organização da ocupação em si, expondo os papéis desempenhados por cada um de seus coordenadores.

3.2 Organização interna

A coordenação do movimento é fluida. Os quadros dirigentes são incorporados de acordo com o envolvimento dentro das atividades que ocorrem dentro da ocupação. A coordenação se reúne ao menos uma vez por semana. Algumas tarefas são bem definidas.

Leanir, o Rapozão, e Bruno cumprem o papel de direção política. Envolve-se com todas as esferas de atuação do movimento. Na ocupação, dirigem as assembleias, formulando as políticas de atuação frente a prefeitura e movimentos aliados. O papel cumprido pelos dois é central para o funcionamento e organicidade do movimento. A manutenção de assembleias semanais é essencial para o debate político junto aos ocupantes acerca dos rumos da ocupação, situação jurídica e a resolução política de problemas cotidianos.

A organização dos terrenos distribuídos e interações com as forças sociais presentes no Bairro fica a cargo de André. Aqui, a autonomia de gestão do território por parte do movimento fica mais evidente.

A distribuição de terrenos é feita sem seletividade. A metragem é definida pela coordenação. A prioridade é dada a partir da necessidade. A mudança imediata, também vista como forma de fortalecimento da ocupação, é o principal critério de seleção. A solidariedade nas construções dos barracos é notável. A preocupação com a organização da ocupação perpassou toda a entrevista de André. Os conflitos cotidianos entre os moradores também são mediados pelo coordenador. Desentendimentos em relação a música alta e conflitos domésticos são dois exemplos de conflitos mediados por André.

Para além das questões internas, André também é responsável pelo contato junto aos outros poderes presentes no Bairro. Um exemplo citado na entrevista foi a negativa frente a tentativa de estabelecimento de um ponto de vendas de droga em frente a ocupação. Segundo André, somente a força, e a organização do movimento garante a legitimidade para a atuação frente ao Bairro e seus agentes de intervenção no espaço.

Outro ponto importante é a fiscalização da “reserva” ou comercialização do espaço. Práticas proibidas pela coordenação do movimento, inexistentes dentro da ocupação Plínio Resiste.

A apropriação de ferramentas técnicas é realizada pelo movimento. É constante sua atuação em redes sociais. Bruno, Leanir e Gilvan são ativos nas redes sociais, estas, cumprem função central na propaganda do movimento e da ocupação. Castells, em seu “Redes de indignação e esperança” de 2012 aponta para esse novo elemento na consolidação dos movimentos sociais do século XXI. Longe de ser conclusivo o autor aponta a “conectividade” enquanto ponto central na deflagração de diversos movimentos, do occupy às revoluções políticas do mundo árabe (Castells, 2012). No Brasil, junho de 2013 apresenta diversos elementos apontados pelo autor. A ligação orgânica entre junho de 2013 e a formação do movimento Nós do Sul e por consequência das ocupações organizadas por ele fazem com que parte da importância e centralidade que as redes ganharam com junho de 2013 chegasse ao movimento.

Outro elemento importante é a forma de controle da presença dos ativistas nas atividades do movimento.

As presenças são computadas em todas as atividades. A prática é explicada como forma de controle da participação para possíveis listas em caso de obtenção de vitórias e construção de moradias populares.

Esse controle é feito a partir de um software, adaptado pelo movimento, onde carteirinhas com códigos de barra são confeccionadas. Nessas carteirinhas do movimento constam os dados dos ocupantes e, a cada presença em assembleia ou ato, é computada uma presença.

É notável a importância da integração e apropriação de meios técnicos a disputa contra hegemônica na disputa da cidade.

Márcia é outra coordenadora de grande centralidade a ocupação. De perfil organizativo, centraliza atividades de formação de mulheres (debates de gênero, saúde da mulher), e atividades festivas da ocupação.

Gilvan é responsável pela articulação externa da ocupação. Visitas a outros movimentos, articulação de redes de apoio mútuo entre diversos movimentos organizados no extremo sul de São Paulo é sua tarefa específica. Durante a entrevista Gilvan expõe alguns exemplos dessa articulação. Apoio a atos realizados por moradores por saúde em postos da região, apoio a estudantes em luta por educação são alguns dos exemplos expostos.

Essa equipe é consumida por diversas tarefas cotidianas, mas todo tem o horizonte amplo da luta por direito a cidade, o que nos parece ser reflexo de reuniões

e debates constantes, atividades estas, reforçadas constantemente por seus principais dirigentes políticos: Leanir e Bruno.

3.3 Perfil dos ocupantes frente a trabalho, renda e organicidade no movimento social

Foram realizadas 25 entrevistas através de formulários fechados. O universo total de famílias ocupantes girava em torno de 250 pessoas. O objetivo central deste método de entrevista foi construir um perfil dos ocupantes, no que tange renda, participação e organicidade frente ao movimento e informações sobre trabalho na cidade. Nesse sentido, obtermos um perfil contribuí para a melhor compreensão destes agentes da disputa e transformação do espaço urbano tratadas neste trabalho.

As entrevistas foram coletadas por mim após as assembleias. Essa opção se deu para que fossem coletados dados de participantes mais ativos, que não só moram na ocupação como também comparecem aos atos e assembleias. As assembleias têm em média a presença de sessenta ocupantes. Este número pode variar de acordo com o tensionamento político do momento. Em períodos de maior preocupação com reintegrações, por exemplo, as reuniões tendem a ser mais cheias.

O grau de precarização e flexibilidade do trabalho à que está submetida esta parcela da população foi também determinante para a escolha do método. Os questionários puderam apreender, ainda que de forma insuficiente, parte da complexidade e diversidade no que tange o mundo do trabalho que a população ocupante tem em seu cotidiano. As mais variadas formas de obtenção de renda são encontradas.

A busca pela moradia digna, livre da insegurança do aluguel, revela-se enquanto um meio de garantia da mínima estabilidade pessoal e familiar frente grande quantidade de incertezas e instabilidades, principalmente relacionadas ao trabalho informal e precarizado, que essa parcela da população da metrópole está submetida.

Essas constatações escapam ao formalismo dos questionários. São reveladas no contato cotidiano. Aqui, os dados nos servem para melhor compreender a complexidade dos meios de busca destes dois elementos: a busca pela moradia e a busca pela reprodução enquanto trabalhadores.

Os dados apresentados a seguir são produto destas entrevistas.

3.3.1 – Do perfil, renda e organicidade em relação ao movimento dos entrevistados

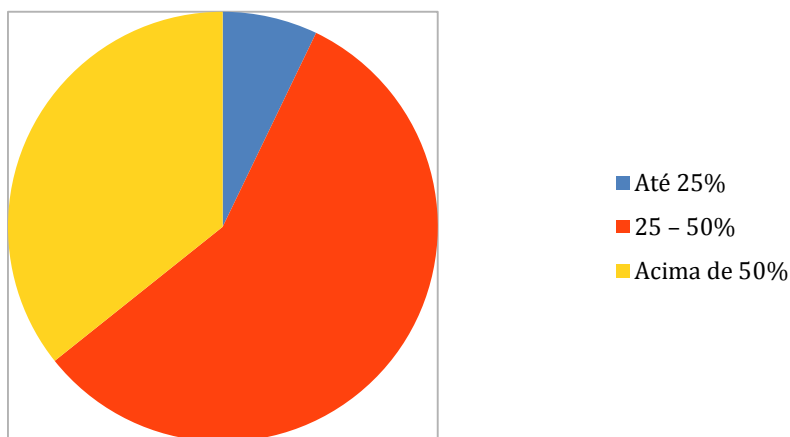
Das entrevistas, foram coletadas 16 com homens e 9 com mulheres, totalizando 25 entrevistas.

Destes declararam-se brancos 25%, pretos 32%, 44% pardos e nenhum amarelo ou indígena.

Os moradores da ocupação foram 40% dos entrevistados. 60% compunham o movimento e acompanhavam este através das assembleias da ocupação.

Os 60% que não moravam na ocupação pagavam aluguéis. A partir deste dado é possível observar o quanto da renda familiar é comprometida com o pagamento desse. O gráfico abaixo demonstra o quão da renda é destinada para pagamento de aluguéis.

Gráfico 1: Porcentagem da renda dispensada para pagamento de aluguel



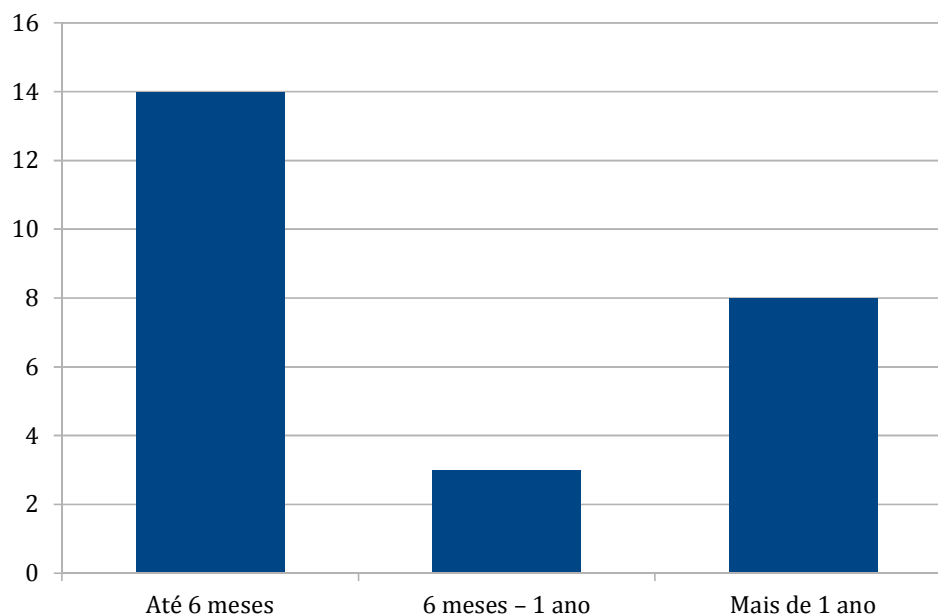
A moradia em ocupações faz com que grande parte da renda dessa população possa ser destinada a outros usos do cotidiano. Incremento na alimentação familiar, gastos com cultura são relatados pelos moradores.

Sobre a renda dos entrevistados, a grande parte possuía renda de até um salário mínimo, aproximadamente 70%. Os outros 30% relataram receber de 1 a 3 salários mínimos. Dos entrevistados 60% dos entrevistados não possuem acesso a

programas de complemento de renda, e outros 40% tinham acesso ao programa Bolsa Família, do governo federal.

A participação dos ocupantes entrevistados foi avaliada quanto ao tempo e a partir do questionamento da participação na antiga ocupação Plínio de Arruda Sampaio. Sobre o tempo de participação:

Gráfico 2: Tempo de participação no movimento Nós da Sul



Esse dado demonstra um potencial de renovação latente do movimento. A demanda por moradia, longe de estar esgotada pelos movimentos já existentes, pulsa nas periferias da metrópole paulista.

Outro dado importante é que todos os entrevistados que compõe o movimento há mais de um ano participavam da antiga ocupação Plínio de Arruda Sampaio. Esse dado nos chama atenção pois o processo de reintegração não desarticulou o movimento. E pela a amostra coletada, a recomposição do movimento em torno de outra ocupação se deu de fato. A aposta da desarticulação via reintegração do poder público encontrou resistência a partir da capacidade de reorganização do movimento e seu potencial de intervenção na cidade, a partir de uma nova ocupação.

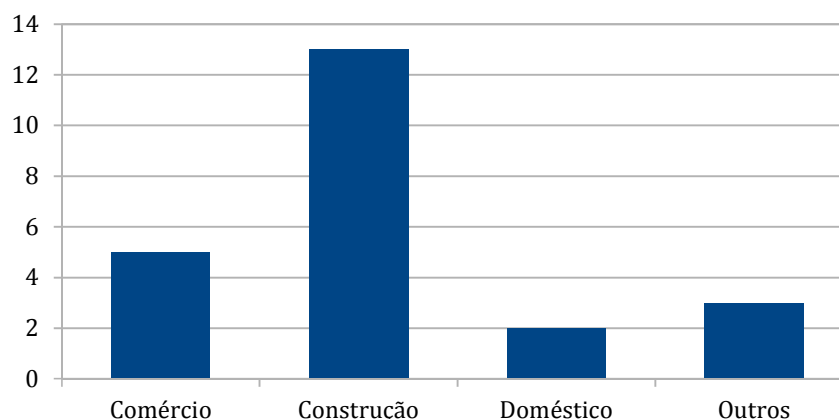
3.3.2 A inserção dos entrevistados no trabalho e circulação de capital da metrópole

Os questionamentos sobre a inserção no mundo do trabalho para os entrevistados tinham um objetivo claro. Localizá-los a partir da leitura da economia urbana proposta por Santos (1994). Nesse sentido, parte da tarefa foi concluída pelo questionário aplicado. A realidade demonstrou-se mais dinâmica que as entrevistas puderam acompanhar. A flexibilização do trabalho, e o caráter fluido e dinâmico do trabalho dentro do circuito inferior, principalmente no que tange a prestação de serviços, fizeram com que nós, durante a análise dos formulários, pudéssemos construir um quadro geral, mas com clara necessidade de aprofundamento nessa temática. Aqui a pesquisa demonstra uma limitação quanto a sua proposta.

Sobre os dados coletados, uma grande parte, cerca de 90% dos entrevistados não possuem carteira assinada. Esse número totaliza 23 das entrevistas realizadas. Dos dois entrevistados que possuíam carteira assinada, um trabalhava em uma indústria, o outro em um pequeno comércio.

Dos 90% sem carteira assinada, somente 20% não tinham nenhuma atividade que garantisse renda, destes metade se destinavam somente ao trabalho doméstico. A divisão por setor dentre os 23 entrevistados que afirmaram possuir trabalhos temporários para garantir renda se deu da seguinte maneira:

Gráfico 3: Tipo de trabalho temporário para aquisição de renda dos ocupantes entrevistados



Dos postos observados, destaco o de construção e comércio. Pedreiros e ambulantes/revendedores foram o maior número de entrevistados. A aquisição de

renda via pequenos serviços prestados e através de revenda de produtos é uma realidade presente na ocupação.

Dentre esses trabalhadores, o índice de bancarização é alta. 72% dos entrevistados possuíam conta corrente em banco. O endividamento a partir dessa bancarização via linha de crédito ainda é pequeno. Somente dois dos entrevistados afirmaram fazer uso de crédito.

Mesmo a partir da pequena amostra obtida é possível observar um perfil dos participantes da ocupação Plínio Resiste. Trabalhadoras e trabalhadores urbanos precarizados. Acessam uma renda mínima através de trabalhos temporários intimamente ligados a dinâmica de produção urbana, da necessidade de serviços voltados a população de baixa renda. Seja na prestação de serviços, ou mesmo na efetivação do consumo desta grande parcela da população da metrópole.

4. Considerações Finais

A pesquisa realizada pode trazer diversos elementos para a continuidade das reflexões acerca da dinâmica entre produção do espaço urbano e movimentos sociais que vêm surgindo e se fortalecendo no último período.

A relação entre a dinâmica dos movimentos sociais urbanos, as transformações na relações e organização do trabalho que a população periférica acessa e a necessidade de espoliação que o capital impõe a população está submetida deve ser objeto de estudos de nossa disciplina.

Os movimentos são forças sociais que exprimem as contradições aos quais seus atores estão sujeitos. As cidades, cada vez mais rebeldes, são expressão de nosso período e regime de acumulação.

Esse trabalho é um pequeno esforço de mostrar as novas dinâmicas de um movimento que reivindica um conceito de precioso potencial para a construção de uma geografia transformadora: o direito à cidade.

Acredito que a instrumentalização por parte da ciência aos movimentos sociais é tarefa de quem acessa a universidade entendendo suas limitações. Este trabalho vem nesse sentido.

A espoliação a que os trabalhadores urbanos estão sujeitos, e em especial, trabalhadores ligados aos setores mais precarizados do circuito inferior da economia urbana, está produzindo novas expressões nos movimentos sociais urbanos. A independência frente a gerencia direta dos movimentos por estruturas burocratizadas, centradas em organizações ligadas a máquina petista abre um processo novo de disputa social dos rumos da cidade.

Junto a esse processo, a apreensão de técnicas por parte dos movimentos sociais em sua forma organizativa e de propaganda, como o uso de softwares para controle de participação e a ampliação das mídias sociais na propaganda constatadas nas pesquisas, trazem outro patamar organizativo na luta por direitos.

A luta social é marcada por ascensos e refluxos, a expressão espacial destes configura também a dinâmica de produção do espaço urbano e a disputa deste.

Infelizmente a ocupação Plínio Resiste foi retirada do terreno que ocupava na primeira semana de abril. Mesmo com a sinalização do poder público em transformar a área em moradia popular, a justiça atuou pendendo a balança para o direito de propriedade frente ao direito à moradia.

A demonstração do potencial de reorganização deste movimento, e sua necessidade latente frente as investidas cada vez mais duras do estado e capital privado na lógica de produção capitalista do espaço, torna esperançoso a ação em todos os âmbitos daqueles que disputam a construção de uma cidade mais democrática.

Finalizo este trabalho de conclusão de curso reconhecendo a necessidade de aprofundamento teórico na relação entre os novos movimentos de resistência urbana e os processos de produção do espaço urbano. Pois esta é além de uma trincheira política, uma trincheira acadêmica a ser travada. O reforço as fileiras dos que defendem que a geografia se aproxime dos movimentos sociais que vem surgindo é uma tarefa de todos os que fazem da prática cotidiana, e da observação e análise desta, o critério da verdade que buscamos em nossas pesquisas.

Bibliografia

- BOULOS, G. Por que ocupamos? Scortecci Editora, 2ª edição, 2014
- ENGELS, F. A questão da Moradia, Nova York, International Publishers, 1935
- CASTELLS, E. Redes de indignação e esperança – Movimentos sociais na era da internet. Zahar, RJ, 2012
- FERNANDES, N. N. Sentido espacial da renda da terra e o espaço urbano. In: Ruy Moreira (Org.) Geografia: teoria e crítica – o saber posto em questão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982
- HARVEY, D. Cidades Rebeldes, São Paulo, Martins Fontes, 2014
- _____. A condição Pós-Moderna, São Paulo, Loyola, 1992
- LEFEBVRE, Henri. “*O Direito à Cidade*”. 1ª ed. São Paulo: Moraes, 1991
- MARICATO, Ermínia. “Autoconstrução, a arquitetura possível”. In: MARICATO, Ermínia, org. A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo, Alfa Omega, 1982. (Texto apresentado em exposição na 28 Reunião Anual da SBPC, 1976, e revisto parcialmente em janeiro de 1978)
- MARX, Karl. O capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Os economistas v.1)
- SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade. 2a ed São Paulo: Edusp, 1994 [2009]. 144 p.
- _____. Da totalidade ao lugar. 1a ed. 1a reimp. São Paulo: Edusp, 2004 [2008]. 176 p.
- _____. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos (2ª ed.), São Paulo: Edusp, 1979 [2004]. 433 pp
- _____. Economia espacial. 2a ed. São Paulo: Edusp, 1979 [2003]. 208 p.
- _____. A urbanização brasileira. 5a ed. 2a reimp. São Paulo: Edusp, 1993 [2009]. 176 p
- TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. Lua Nova nº87 São Paulo 2012